

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO
PAE SOBERANA**

**Ponta de Pedras – Marajó – Pará
Janeiro-2015**

Dados Gerais

Projeto
ATER-Marajó – Chamada Pública 01/2013 – INCRA SEDE
Ano 2013 – Lote 19

Realização
Instituto Peabiru

Diretor
João Meirelles Filho

Equipe Técnica e de campo
Thiara Fernandes
Rosemiro Rodrigues
Paula Vanessa Silva
Ana Rachel Broni
Ediana Tavares
Elvesson Ferreira
Gilberto Azevedo
Gilberto Oliveira
Elaine Gouvêa
Pedro Santos

Estagiárias
Karlla Tavares
Thaíssa Oliveira

Elaboração do documento
Paula Vanessa Silva

SUMÁRIO

DADOS GERAIS	2
1. INTRODUÇÃO	4
2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA	4
3. RESULTADOS ALCANÇADOS	6
3.1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL	6
3.2. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS	9
3.3. COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS	13
3.4. VISÃO DE FUTURO	16
4. AVALIAÇÃO DA OFICINA	17
5. CONCLUSÃO	18
6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	18

1. INTRODUÇÃO

Neste documento são apresentados os resultados da construção do Plano de Desenvolvimento Participativo do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Soberana, localizado no município de Ponta de Pedras – Marajó - Pará. A atividade faz parte das ações previstas na Chamada Pública 01/2013 INCRA Sede, Lote 19 (Ponta de Pedras e Cachoeira do Ararí) para Projetos de Assentamento Agroextrativistas.

A chamada tem como objetivo implantar atividades produtivas sustentáveis familiares e coletivas, assim como processos de comercialização, visando à segurança alimentar, a inclusão produtiva e social das famílias beneficiárias da reforma agrária, especialmente de mulheres e jovens, e o incremento da renda.

A primeira etapa deste processo foram as **Visitas para diagnóstico da unidade familiar** (atividade 1.2), realizada em dezembro de 2014, que consistiam na aplicação de questionários às famílias assentadas, os quais abordaram aspectos econômicos, sociais, ambientais e produtivos. A segunda constituiu-se na **Elaboração de diagnóstico das atividades produtivas e dos empreendimentos familiares e/ou coletivos das comunidades beneficiárias** (atividade 1.3). A partir da análise das informações obtidas com DRP, foi construído o **Plano Participativo** (2.1), o qual é constituído das seguintes partes:

- Plano de organização social;
- Projeto de Desenvolvimento da Atividade Produtiva e/ou Projeto de Desenvolvimento do Empreendimento;
- Plano de Comercialização;

Cada item do Plano Participativo visa definir ações de curto, médio e longo prazo, visando a qualificação da produção, comercialização, infraestrutura, gestão comunitária, organização social, recuperação, regularização e licenciamento do uso dos recursos naturais, realização de simulações de composição de atividades agroextrativistas e não agroextrativistas. Foi discutido de acordo com a metodologia descrita no item a seguir.

2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

A realização do Plano Participativo seguiu as orientações básicas da Chamada Pública de ATER, a qual prevê uma oficina de três dias, 24h. Para cada dia de trabalho foi proposto que assentados

discutissem, respectivamente, os seguintes temas: a) plano da organização social; b) projeto de desenvolvimento produtivo; e, por fim c) plano de comercialização.

Para contextualizar a discussão e construção dos planos, foi feita uma devolutória do DRP, identificando assim os gargalos da organização social, atividades produtivas e comercialização no PAE.

Após a devolutória foi aplicada a ferramenta metodológica **Visão de Futuro**, onde foi entregue, para cada assentado, uma tarjeta, e nesta eles foram orientados a declarar o que esperavam para o futuro do assentamento, e que melhorias gostariam de alcançar no fim do Projeto de Ater.

Para auxiliar na construção do Plano Participativo, a equipe de moderadores baseou-se na metodologia utilizada na construção do Plano de Desenvolvimento da Vila dos Palmares, do *Projeto Agenda 21*, desenvolvido pelo Instituto Peabiru no período de fevereiro de 2009 a maio de 2014, na Vila dos Palmares, município de Moju – PA, na qual foram identificadas, a partir de um diagnóstico, as principais demandas da comunidade e assim, foi proposto encaminhamentos para cada demanda. Sendo assim, utilizamos as perguntas do quadro, direcionadas a cada problema identificadas no DRP, construindo assim encaminhamentos de curto, médio e longo prazo.

Problemas identificados	O que precisamos fazer para resolver?	O que podemos resolver agora?	O precisamos da ajuda de fora?	Responsável da comunidade?	Órgãos competentes?
-------------------------	---------------------------------------	-------------------------------	--------------------------------	----------------------------	---------------------

Durante a atividade fez-se uso da abordagem participativa, a qual é utilizada em diferentes projetos desenvolvidos pelo Instituto Peabiru, com intuito de assegurar o envolvimento dos integrantes na atividade e nas ferramentas propostas, pois permite ao pesquisador responder perguntas sobre *que* tipo de conhecimento se quer e necessita, a *quem* se dirige e *quem* vai dele se beneficiar (GOMES, 2001).

Para desenvolver cada tema e construir os planos, a equipe de moderadores fez a socialização dos resultados do DRP e em seguida identificou os principais problemas relacionados à organização social, atividades produtivas e comercialização da produção, os quais são o foco desta atividade. Cada demanda/problema identificado foi anotado em folhas de papel 40kg e distribuídos entre os assentados, os quais foram divididos em grupos de 3 a 5 pessoas para discutir as questões específicas. O resultado da dinâmica foi socializado com os demais participantes da oficina e abriu-se espaço para debater as proposições do grupo, o resultado final foi sistematizado nos quadros. Além

disso, durante a atividade, alguns acordos e encaminhamentos já foram feitos, a fim de solucionar as demandas.

Para sistematização as informações, neste documento, utilizaremos o seguinte formato:

Demandas	Justificativa	ENCAMINHAMENTOS		
		Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

O resultado das dinâmicas de grupo realizadas com os assentados é apresentado a seguir em tópicos, de acordo com o proposto na chama pública para construção do Plano Participativo.

Participaram da oficina quatro homens e duas mulheres, que somados representam 40% dos assentados.

3.1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Em relação à Organização Social, os assentados discutiram a partir do quadro da Análise FOFA, construída durante o DRP (figura 01) e fizeram a correção de alguns pontos:

- Em relação a *Fortalezas*, foi retificado que a ASFARI não tem sede, ao contrário do que fora levantando no diagnóstico, em que foi indicado que a organização tinha sede no distrito de Icoaraci. Ademais, foi citada que a mesma teve atividade por seis anos, atualmente não esta ativa. A última ação foi em dezembro de 2013, quando o presidente fez entrega de brinquedos para crianças da ilha.
- Sobre as *Fraquezas*, os assentados questionaram o tópico falta de união, pois entenderam que a questão estava relacionada a briga entre as famílias. Entretanto, foi esclarecido que se tratava da falta de interesse em constituir uma organização social.

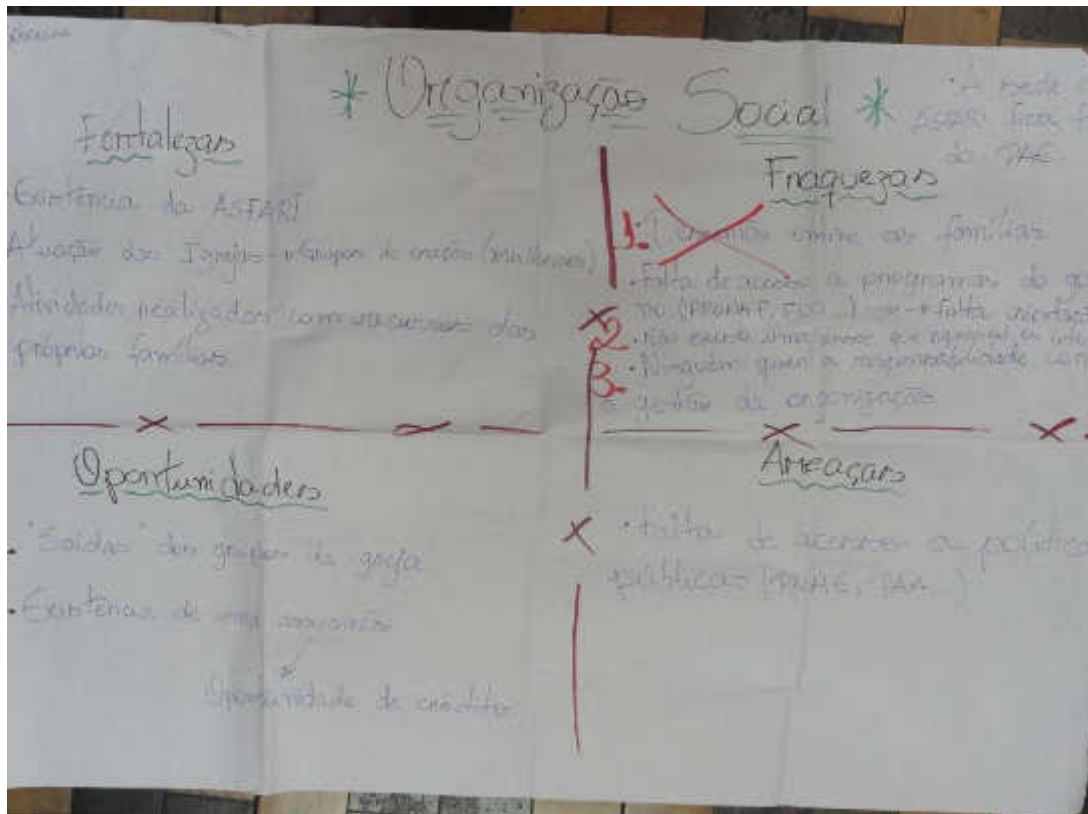


Figura 01: Matriz da análise FOFA construída a partir das organizações sociais existentes no assentamento.

De posse das informações da Análise FOFA corrigidas, foram identificados os principais em relação a organização social, os quais foram sistematizados na tabela a seguir (quadro 1).

Tabela 1: Plano da Organização Social.

PROBLEMAS IDENTIFICADOS	JUSTIFICATIVA	ENCAMINHAMENTOS		
		QUAIS SÃO AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA QUE ESTA DEMANDA SEJA SOLUCIONADA?	QUEM DEVE REALIZAR ESTAS AÇÕES?	COMO ESTAS AÇÕES DEVEM SER REALIZADAS?
Pouco entendimento sobre associativismo e cooperativismo	As famílias nunca receberam informações sobre o papel de uma organização social e como esta pode ajudar na representação de um grupo e/ou classe.	Disponibilizar informações sobre associativismo e cooperativas, de uma forma que seja compreensível para os assentados.	Instituto Peabiru	Realizar oficina sobre Associativismo e Cooperativismo.
Não existe uma organização que represente os assentados.	Os assentados desejam ser representados pela ASTRAÇU, pois não possuem um elo que favoreça a organização do tecido social.	a) Consultar o INCRA sobre a possibilidade da ASTRAÇU ser a organização que representa os assentados do PAE; b) Caso a resposta do INCRA seja positivo, reunir com a diretoria da ASTRAÇU para fazer o cadastro dos assentados na organização; c) Caso seja negativo, verificar junto aos INCRA a possibilidade dos assentados serem representados pela ASTRAS.	Instituto Peabiru, INCRA e ASTRAÇU	a) Encaminhar uma carta/ofício e aguardar resposta; b) Encaminhar ao INCRA carta de apoio da ASTRAÇU manifestando interesse em representar os assentados e aguardar resposta. c) Encaminhar o ofício ao INCRA e aguardar encaminhamento.
Não há interesse em fundar uma organização.				
Ninguém quer assumir o compromisso em gerir uma organização.				
Constituição do assentamento dificulta a organização social.	Na ocasião da criação do PAE a comunidade Soberana foi dividida, pois a mesma é dividida por um rio e, apenas um dos lados foi incluído na política de reforma agrária.	Reunião entre as famílias do PAE para discutir sobre gestão e uso dos recursos naturais.	Lideranças do assentamento e Instituto Peabiru INCRA e IBAMA.	Reuniões coletivas com lideranças da comunidade e do PAE.
Dificuldade para discutir sobre o uso dos recursos naturais, produção e comercialização.				

Em relação ao fato de não existir uma associação, foi citado que os beneficiários, antes da constituição do assentamento, estavam ligados a Associação de Trabalhadores Rurais do Rio Ipauçu (ASTRAÇU), entretanto, esta organização representava todos os moradores da comunidade Soberana que residem ao longo do Rio Ipauçu. Todavia, quando o PAE foi constituído, apenas uma das margens do rio foi incluída na política de reforma agrária, sendo informado aos assentados que os mesmos não poderiam ser representados por esta organização. Esta informação foi repassada por alguns assentados, porém os mesmos solicitaram confirmação junto aos INCRA, para que pudessem seguir com as proposições para tentar solucionar as demandas/problemas referentes a organização social. Conforme pode ser observado a seguir (tabela 1), os encaminhamentos propostos para as demandas/problemas, dependem uma resposta do INCRA. Também constam na tabela,

3.2. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS

Para desenvolver o projeto produtivo, foi apresentado o calendário agrícola construído com informações obtidas no DRP (figura 2), sendo confirmado pelos assentados que a comercialização do açaí é a principal fonte de renda das famílias e, seguido da pesca do camarão e do peixe.

	AÇAÍ	PEIXE	CAM.	ANIL	FRITUS	BACABA
Jan.	ENTRADA	DEFESA		COLTA	COLTA	SAFRA
Fev.	ENTRADA	DEFESA		COLTA	COLTA	SAFRA
MARÇO	ENTRADA	DEFESA		COLTA	COLTA	SAFRA
ABRIL	ENTRADA	DEFESA	DEFESA		COLTA	SAFRA
MAIO	ENTRADA	DEFESA	DEFESA		COLTA	SAFRA
Junho	ENTRADA	DEFESA	DEFESA		COLTA	ENTRADA
Julho	SAFRA	DEFESA				ENTRADA
Agosto	SAFRA	DEFESA				ENTRADA
Set.	SAFRA	DEFESA				ENTRADA
Out.	SAFRA	DEFESA				ENTRADA
Nov.	SAFRA	DEFESA				ENTRADA
Dez.	SAFRA	DEFESA		COLTA		ENTRADA

* TAMÉM Trabalhadores cam. = beneficiários do cacau.
 * Mel de apim

Figura 2: Calendário agrícola com correções.

Foram identificados os principais problemas destas atividades, no intuito de propor estratégias de intervenção com auxílio da assistência técnica, assim como, ações dos próprios usuários do recurso, conforme podem ser observados no quadro a seguir (quadro 2).

Também foi observado o interesse dos assentados em realizar o manejo do açaí com as orientações técnicas, no intuito de melhorar a produção na entressafra, período que o preço da rasa é mais elevado, conforme citou senhor Z.M. (assentado): “minha vontade é que tenha manejo de açaí.” Ademais, as famílias anseiam por informações e solução para um problema muito comum nas áreas produtivas do PAE, que é a seca do açaí, a qual os assentados atribuem a salinidade da água.

Em relação à pesca do peixe e do camarão no rio Ipauçú¹, foi citado que estes recursos estão cada vez mais escassos. No caso do peixe há períodos do ano que as famílias não conseguem capturá-los nem para garantir a segurança alimentar das famílias, sendo indicado que estão inserindo embutidos, ovos e enlatados na dieta alimentar devido a isto.

Foi destacado também que o benefício do seguro defeso, há muitos anos chega as famílias com atraso, muitas vezes só é disponibilizado quando a pesca abre novamente, fazendo com que as famílias realizem a pesca no período de reprodução das espécies.

¹ O rio Ipauçú divide a comunidade Soberana, apenas um lado desta foi incluída na política de reforma agrária do INCRA.

Tabela 2: Projeto de desenvolvimento das atividades produtivas.

	PROBLEMAS IDENTIFICADOS	JUSTIFICATIVA	ENCAMINHAMENTOS		
			QUAIS SÃO AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA QUE ESTA DEMANDA SEJA SOLUCIONADA?	QUEM DEVE REALIZAR ESTAS AÇÕES?	COMO ESTAS AÇÕES DEVEM SER REALIZADAS?
Açaí	1) Baixa produtividade na safra.	A entressafra é o período do ano em que o preço do açaí e mais elevado.	Utilizar técnicas de manejo para potencializar a produção.	Instituto Peabiru.	a) Realização de uma oficina de manejo de açaizais; b) Experimentação nas áreas produtivas; c) Acompanhamento técnico.
	2) Seca dos frutos do açaí	No período da safra é comum a perda de alguns cachos pela quantidade de frutos secos. O problema ocorre há mais de 5 anos.	Identificar as causas do problema.	Instituto Peabiru.	Solicitar que a instituição de assistência técnica faça pesquisa para verificar se em outras regiões do Marajó o problema também acontece e se já há uma solução para resolvê-lo.
Camarão	1) Tamanho dos camarões	Os camarões capturados para venda, são muito pequenos e perdem valor no mercado.	Discutir com as famílias que residem ao longo do Rio Ipauçu, sobre os principais problemas identificados como causa;	INCRA, IBAMA, Instituto Peabiru, Colônia de Pescadores.	a) Encaminhar ofícios ao INCRA e ao IBAMA, indicando os problemas identificados; b) Propor a discussão de um acordo de pesca para a área (não apenas com os moradores do assentamento); c) Propor o teste de outro tipo de matapé;
	2) Produção de lixo nas casas	Boa parte do lixo é depositado nos rios e é levado pela água.	Tentar discutir a possibilidade de construção de acordos de pesca.		

	3) Uso de matapís com malhas inadequadas.	Comprometimento da reprodução das espécies.			
Peixe	1) Quantidade de camarão disponível nos rios.	Além terem tamanhos cada vez menores a quantidade vem diminuindo há alguns anos.	Discutir com as famílias que residem ao longo do Rio Ipauçu, sobre os principais problemas identificados como causa; Tentar discutir a possibilidade de construção de acordos de pesca.	INCRA, IBAMA, Instituto Peabiru, Colônia de Pescadores	a) Encaminhar ofícios ao INCRA e ao IBAMA, indicando os problemas identificados; b) Propor a discussão de um acordo de pesca para a área (não apenas com os moradores do assentamento);
	2) Quantidade de pescado disponível	Comprometimento de a segurança alimentar pela diminuição da quantidade de peixes nos rios, sendo citado que em determinadas períodos do ano há ausência (até mesmo para autoconsumo) inclusive no período em que está aberto para pesca.			
	3) Comprometimento da reprodução das espécies.	As famílias passaram a consumir mais enlatados e embutidos.			
	4) aumento populacional após a constituição do PAE.	Atraso no pagamento do seguro. As famílias ficam sem dinheiro para comprar comida.			
	5) Uso de malhas inadequadas				
	6) Pesca no período do defeso.				

1. Disponibilidade de sementes oleaginosas, em áreas nativas da ilha e algumas trazidas pelo rio. A coleta é realizada individualmente pelas famílias do PAE, principalmente pelas mulheres;
2. Processamento artesanal do óleo de andiroba, elemento que pode agregar valor ao produto, atividade tradicional realizada pelas mulheres, merece ser valorizado, pois é um conhecimento que está deixando de ser repassado entre uma geração e outra.

3.3. COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

Em relação as oleaginosas e ao cacau, foi ratificado que as famílias não estão realizando a coleta andiroba e murumuru, devido a falta de compradores. Não obstante, foi destacado que o cacau tem mercado, entretanto há desinteresse das famílias em realizar a comercialização, principalmente do fruto seco, devido ao tempo e o trabalho que este demanda. Os principais problemas da comercialização são destacados no quadro seguinte (quadro 3).

A comercialização da produção, principalmente do açaí, é realizada com auxílio de dois atores: o marreteiro (ou atravessador) e o freteiro. Não obstante, esta relação segundo os assentados, não é de exploração, acham a transação comercial justa, visto que não possuem embarcações para transportar a produção e nem contatos de compradores no destino final.

a) Marreteiro: compra a produção na casa das famílias e define o preço da mesma.

b) Freteiro: é responsável apenas por fazer o transporte da produção, e o mesmo estipula um valor fixo para transportar os volumes, por exemplo, uma rasa de açaí é transportada para Belém por R\$2,50. Esse tipo de transação só ocorre quando existe um destino certo para a produção, visto que o freteiro é apenas uma forma de escoar a produção.

Tabela 3: Plano de desenvolvimento da comercialização.

PRODUTO	PROBLEMAS IDENTIFICADOS	JUSTIFICATIVA	ENCAMINHAMENTOS		
			QUAIS SÃO AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA QUE ESTA DEMANDA SEJA SOLUCIONADA?	QUEM DEVE REALIZAR ESTAS AÇÕES?	COMO ESTAS AÇÕES DEVEM SER REALIZADAS?
Oleaginosas (os problemas identificados estão relacionados principalmente a andiroba)	1) Devido a falta de compradores as mulheres estão deixando de fazer a coleta da andiroba e do murumuru.	Atualmente não há empresas que comprem a produção na comunidade. Existe um marreteiro na comunidade, porém este compra as amêndoas por valores muito baixos.	Identificar mercados consumidores em Belém e outras regiões.	Instituto Peabiru e INCRA.	a) Fazer um levantamento de empresas e identificar se há demanda de amendoas; b) Fazer uma conexão entre os extrativistas e empresa (s); c) Realizar uma Oficina de Beneficiamento da Produção e demonstrar a rentabilidade do negócio; d) Destacar a importância de se preservar os saberes tradicionais;
	2) Apenas uma pessoa detém informações de contatos para escoamento da produção.	Poucas mulheres conhecem o processamento artesanal de extração do óleo de andiroba.			
	3) Extração do óleo de andiroba, de modo tradicional) é realizada apenas por uma pessoa da comunidade	Foi observado que não há interesse entre as mesmas de deter esse conhecimento, visto que é um processo longo e deixa as mãos com odor desagradável, não obstante deixam de lucrar com a venda do óleo (R\$ 30,00/litro).			
	4) Perda do conhecimento tradicional.				
	5) Agregação de valor a produção.				
Cacau	Não comercializam o cacau	Há disponibilidade de frutos, facilidade de coleta de frutos e mercado consumidor, principalmente para as amendoas secas, porém as famílias não comercializam devido a falta de organização.	Melhorar a organização social	Instituto Peabiru.	Oficina de fortalecimento da organização social;

	Secagem dos frutos	Falta de estímulo para secagem das amêndoas, devido o tempo necessário para completar o processo. Presença de Se feito de maneira errada, as amêndoas podem criar bolor.	Buscar técnicas de secagem que diminuam o tempo e melhorem a qualidade dos frutos secos.	Instituto Peabiru.	Oficina de Boas práticas de produção.
Todos os produtos do extrativismo	Apenas uma pessoa possui embarcação com capacidade de fazer o transporte da produção do extrativismo.	Não há regulamentação de uso dos recursos naturais. O mesmo é utilizado tanto pelos assentados,	Identificar outros tipos de mercado, além das feiras dos municípios vizinhos.	Instituto Peabiru	Oficina de acesso a mercados diferenciados e oficina de acesso a mercados institucionais.
	Os marreteiros determinam o preço de compra da produção.				

3.4. VISÃO DE FUTURO

Para concluir a atividade de Planejamento Participativo, foi realizada com as famílias, uma dinâmica para observar como estas almejam o assentamento no futuro, no intuito de captar são possíveis de serem alcançadas com a intervenção da assistência técnica, assim como, onde é possível fazer parcerias para chegar até as mesmas, conforme pode ser observado na figura a seguir (figura 3).

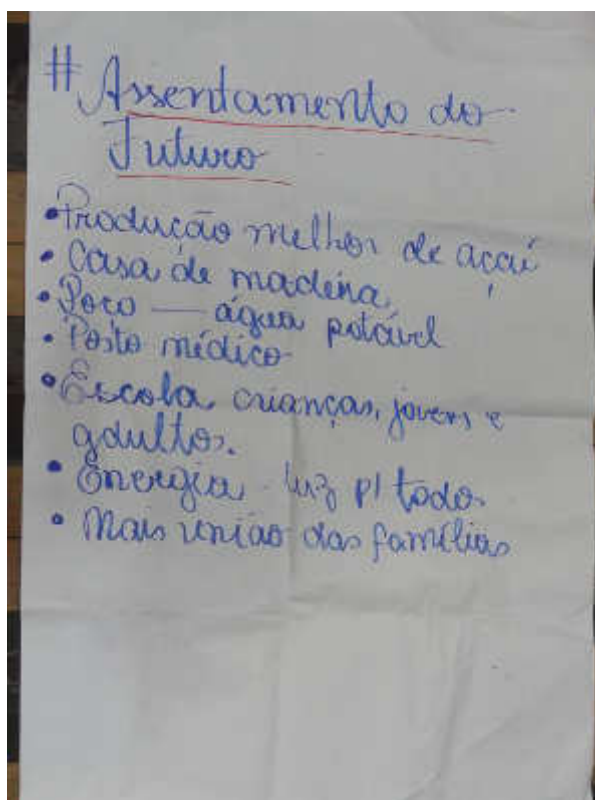


Figura 3: Lista com anseios para o futuro do assentamento.

Podemos observar que a maioria das demandas estão relacionadas a infraestrutura do PAE, conforme foi observado no diagnóstico, podendo se dar destaque a saúde, saneamento básico e educação. Além de ideias mais subjetivas como união entre as famílias, para fortalecer o tecido social e melhoria das atividades produtivas a partir da assistência técnica.

“Melhor produção de açaí, melhor moradia, porque as que moramos, nós mesmo contruímos.” (Sr^a Maria Orfília e Rosineide – assentadas)

“Água de poço, postos médicos, água de boa qualidade. Aqui pagamos pela água, existe pessoas que pagamos o irem buscar água na cidade: 10 litros pagamos R\$ 1,00, 20 litros R\$ 2,00 e 25 litros R\$ 3,00” (Sr. Ari – Assentado)

“mais união, uma escola adequada para jovens e adultos, escola para todos.” (Sr Virgília – assentada).

4. AVALIAÇÃO DA OFICINA

Em relação à avaliação da atividade, conforme pode ser observado quase 70% dos participantes da atividade, consideram a atividade como boa, pois conseguiram entender melhor os objetivos do projeto. Entretanto, as famílias anseiam por atividades mais práticas, assim como saber a possibilidade de acesso a crédito. As famílias também cobram o acesso ao Fomento Mulher, visto que sabem da existência do mesmo e desejam obtê-lo.

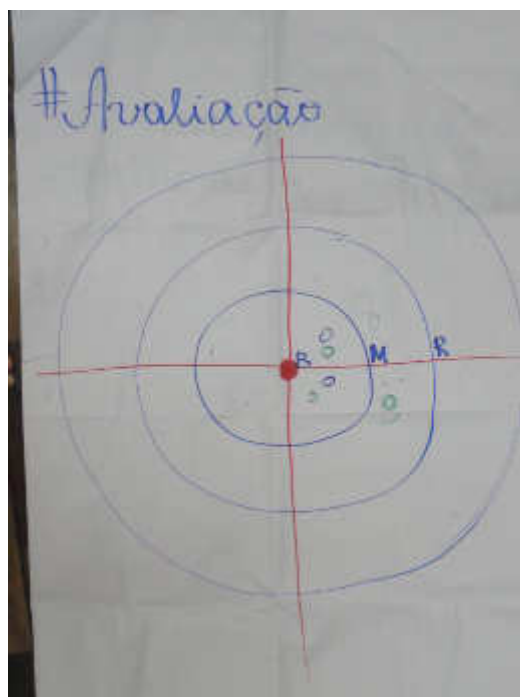


Figura 4: Avaliação da atividade.

5. CONCLUSÃO

Em muitos aspectos a demanda real dos assentados está relacionada a acesso aos direitos básicos como educação formal, saneamento, saúde, transporte, etc.

O não acesso a educação dificulta a organização social, produção e comercialização dessas famílias. Políticas como PRONATEC devem ser a base para boa gestão desses territórios.

Os assentados do PAE Soberana, antes de receber a assistência técnica do Instituto Peabiru, não costumavam reunir para falar de seus problemas, em um âmbito mais global. Estas famílias não possuem uma organização social e o foi observado que os assentados não tem interesse constituírem, inclusive devido ao número que famílias que constituem o PAE, quinze no total. Entender e discutir os vários aspectos que influenciam a existência de um problema e como, de forma conjunta, mitiga-lo.

A dificuldade que a equipe encontra, no momento, é a rejeição das famílias em participar de espaços de discussão. As reuniões, a pesar de cumprirem a meta proposta pelo INCRA, foram esvaziadas.

Informação desencontrada (o caso do fomento mulher²) gera desconfiança e descrédito dos assentados para com os técnicos.

Além disso, podemos avaliar que para realidade do PAE, o excesso de dias de reunião gera desconforto, entendendo que todos precisam desenvolver suas atividades produtivas, do contrário não há comida na mesa. Alguns participantes justificaram ausência (em um dos períodos) por necessidade de sair para pescar ou por o matapí a fim de garantir a janta da família.

Os assentados tem urgência de informações mais concretas, que orientem na melhor produção ou acesso a financiamento, benefícios e crédito.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Valdelira Lia Araújo FERNANDES, V. L. A; VICENTINI, R. N.; BATISTA, V. da S. **Caracterização do uso de malhadeiras pela frota pesqueira que desembarca em Manaus e Manacapuru Amazonas.** Acta Amazônica. vol. 39(2) 2009: 405 – 414.

GOMES, J. C. C. **As técnicas participativas na pesquisa agrícola: fundamentos teóricos e algumas dificuldades práticas.** In: Markus Brose. (Org.). Metodologia Participativa - Uma introdução a 29 instrumentos. 1 ed. Porto Alegre: Tomo Editorial Ltda, 2001, v. 1, p. 287-294.

² O INCRA solicitou que a equipe do Instituto Peabiru, orientasse os assentados sobre o acesso ao fomento mulher, depois que a informação já tinha sido repassada, orientou que não mais o fizessem pois não havia segurança na liberação do recurso.

Rua Ó de Almeida 1083
66053-190 Reduto Belém Pará
F 55 91 3222 6000
peabiru@peabiru.org.br
www.peabiru.org.br



VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático**. Revisão e Adaptação: Décio Cotrim e Ladjane Ramos, Secretaria da Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gráfica da ASCAR – EMATER-RS. 2006. 62p.